

MARCELO PACHECO MACHADO

Doutor e mestre em Direito Processual pela Universidade de São Paulo – USP.

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.

Professor da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, nos cursos de graduação e pós graduação.

Advogado. Sócio do Machado & Ferreira Neto Advogados Associados.

A CORRELAÇÃO NO PROCESSO CIVIL

Relações entre demanda e tutela jurisdicional

2015

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Prefácio	11
Introdução	13
Cap. 1	
CONCEITO DE DEMANDA	17
1.1. O sentido das palavras e o direito	17
1.2. Premissas: conceito de demanda	19
1.3. Demanda e seus sentidos legais	20
1.4. Demanda como ato processual	22
1.5. Atos de parte: causativos e indutivos	26
1.6. O ato postulatório	30
1.7. Atos postulatórios argumentativos e meros requerimentos	31
1.8. Identificação e conteúdo da demanda	33
1.9. Que significa instaurar ou alterar o objeto litigioso do processo?	34
1.10. Estrutura da demanda	35
1.11. Demanda: forma e conteúdo	36
1.12. Demanda: agir por meio de palavras	38
1.13. Demanda e exigências axiológicas quanto ao formalismo	42
Cap. 2	
ESTUDOS SOBRE O CONTEÚDO DA DEMANDA	47
2.1. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	47
2.2. Conteúdo da demanda e objeto litigioso do processo	49
2.3. Teoria do objeto litigioso do processo na Alemanha e pretensão material	50
2.4. Teoria do <i>tria eadem</i> : outra perspectiva para o mesmo problema	53
2.5. Causa de pedir na Itália: pensamento inicial	54
2.6. Críticas às teorias da individualização e substanciação	59
2.7. Especificamente sobre o pedido	61
2.8. Partes	62
2.9. Diferentes teorias: pontos comuns	63
Cap. 3	
INDIVIDUALIZAÇÃO DA DEMANDA	67
3.1. Que significa individualizar uma demanda?	67
3.2. Que é pedido?	68
3.3. Pedido imediato: espécies de tutela jurisdicional	70
3.4. Pedido imediato: conceito mais amplo	72
3.5. Pedido imediato, estabilização da demanda e correlação	75

3.6. Pedido mediato: aspecto substancial.....	75
3.7. Pedido mediato e bem da vida: diferentes crises	77
3.8. Necessidade de vinculação do conteúdo do pedido à causa de pedir	81
3.9. Causa de pedir: aspecto fático e aspecto jurídico	82
3.10. Causa de pedir próxima e individualização da demanda	86
3.11. Como se delimita a causa de pedir remota?	88
3.12. Correlação e fatos secundários	91
3.13. Causa de pedir remota: entre substanciação e individualização	93
3.14. Insuficiência da norma de direito material: ainda identificando o fato essencial	98
3.15. <i>Iura novit curia</i> e relatividade do fato essencial	101
3.16. Relatividade do fato essencial e congruência	103
3.17. Causa de pedir ativa e causa de pedir passiva	104
3.18. Causa de pedir passiva nas demandas declaratórias	107
3.19. Causa de pedir passiva nas demandas constitutivas	109
3.20. Causa de pedir passiva nas demandas condenatórias	111
3.21. Causa de pedir passiva e individualização da demanda	113
3.22. Conceito de parte e sua relevância para a individualização da demanda	117

Cap. 4

INTERPRETAÇÃO DA DEMANDA	119
4.1. Demanda, linguagem e interpretação.....	119
4.2. Vontade nos atos processuais e na demanda	121
4.3. Interpretando a demanda.....	123
4.4. Contraditório como referência à interpretação da demanda	125
4.5. Incerteza na demanda e interpretação restritiva.....	128
4.6. Interpretação restritiva é regra geral?	130
4.7. Certeza do pedido ou do objeto litigioso?	132
4.8. Liquidez do pedido: extensão da vontade.....	133
4.9. Conclusão parcial: interpretamos apenas o pedido?	135
4.10. Interpretação do pedido: critério topológico?	136
4.11. Incerteza e interpretação restritiva do pedido	138
4.12. Pedido e vontade tácita	139
4.13. Existem pedidos implícitos?	141
4.14. Outros “pedidos implícitos” na jurisprudência.....	143
4.15. “Excesso de criatividade” na interpretação do pedido.....	146
4.16. Quantidade e qualidade do pedido: é possível estabelecer distinções claras?	150
4.17. Interpretando o pedido imediato	152

Cap. 5

JUÍZO DE IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS	155
5.1. Por que é tão importante identificar uma demanda?	155
5.2. Objeto da análise: o juízo de identificação	156
5.3. Nome e forma são suficientes para identificar uma demanda?	159
5.4. Não é qualquer sorte de postulação que identifica uma demanda	162

SUMÁRIO

5.5. Diferentes níveis de identificação	164
5.6. Demanda inicial e demanda ulterior	166
5.7. Espécies de demandas iniciais	168
5.8. Demanda do autor e demanda do réu	170
5.9. Relações entre demanda e defesa	172
5.10. A defesa do réu pode ser interpretada como demanda?	174
5.11. O problema das chamadas exceções reconventionais	179
5.12. Pedido contraposto é demanda?	181
5.13. Resposta do réu e exceções legais à inércia e à correlação	184
5.14. Tutela diferenciada e exceções à inércia e correlação	185
5.15. Ações dúplices e demanda do réu	190

Cap. 6

CONGRUÊNCIA: DEMANDA

E TUTELA JURISDICIONAL	195
6.1. Considerações iniciais	195
6.2. Relações entre demanda, sentença e tutela jurisdicional	196
6.3. Justificativas axiológicas da correlação	197
6.4. Correlação e estabilização do objeto litigioso do processo	200
6.5. Demandas ulteriores e alteração do objeto litigioso do processo	201
6.6. Exceções legais à congruência	202
6.7. Alteração legal do objeto litigioso: resultado prático equivalente	204
6.8. Resultado prático equivalente: pedido mediato e pedido imediato	206
6.9. Resultado prático equivalente: limites	210
6.10. Resultado prático equivalente: aplicável à fase cognitiva?	214
6.11. Obrigações infungíveis e art. 461 do CPC	215
6.12. Obrigações de dar e art. 461 do CPC	218
6.13. Obrigações de pagar quantia e art. 461 do CPC	218
6.14. Resultado prático equivalente: impossibilidade e inadequação da medida	220
6.15. Meios formais para a concessão do resultado prático equivalente	221
6.16. Inexequibilidade e conversão em perdas e danos: ainda relativizando o objeto litigioso do processo?	223
6.17. O caso do fato superveniente	224
6.18. Alteração por “fatos supervenientes”: limitações	227
6.19. Alterações ilegais do objeto do processo: problema diferente	229

Cap. 7

CONCLUSÕES	233
Referências	239